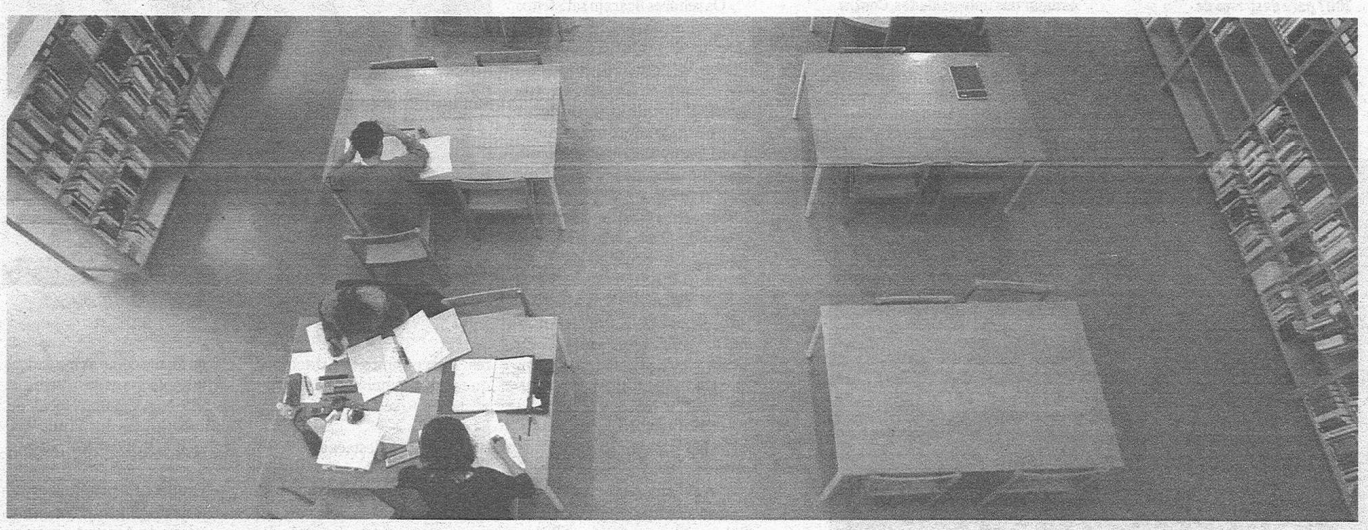
5 apostas As mudanças essenciais no ensino superior português

Pedro Sousa Tavares



Reitor pode vir de fora das instituições

Os reitores das universidades e os presidentes dos institutos politécnicos poderão passar a ser escolhidos entre candidatos externos à própria instituição. A alteração foi anunciada ontem pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e segue as linhas gerais do que tinha sido proposto pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no diagnóstico do ensino superior português que esta entidade realizou a pedido do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Segundo explicou o primeiro-ministro, a eleição do reitor deverá ser feita pelo futuro senado (ou conselho geral) das instituições, mas antes decorrerá um "processo de selecção, aberto à candidatura de professores de outras instituições". José Sócrates anunciou ainda que o futuro órgão de gestão das instituições terá, obrigatoriamente, uma "maioria de professores" da instituição, para além de estar "aberto à sociedade, através da presença obrigatória de personalidades externas à instituição com experiência relevante".

A OCDE ia mais longe, propondo um mandato único para o reitor, que não podia exceder 12 anos, e uma presença maioritária de elementos da sociedade civil no órgão gestor. ■

Empréstimos a alunos sem exigir garantias

O Governo "está a negociar com todos os bancos" a criação do novo sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior, anunciou o primeiro-ministro. Segundo José Sócrates, a principal meta é reduzir as exigências que estas entidades apresentam na concessão dos empréstimos, de forma a tornar o sistema num complemento credível de outros apoios, como as bolsas de estudo: "Um dos problemas dos empréstimos são as garantias pedidas pelos bancos. Queremos um sistema em que não se peçam essas garantias."

A criação de um sistema de empréstimos "bonificados" a estudantes já está contemplada desde 1997, na Lei de Financiamento do Ensino Superior, e foi mesmo regulamentada pelo decreto-lei 512/99, mas a iniciativa tem demorado a arrancar.

Em Agosto de 2005, o ministro Mariano Gago anunciou a intenção de implementar o sistema já em 2006/2007, mas as negociações com a banca têm evoluído com dificuldade. Recentemente, numa reunião a 12 de Dezembro com a comissão parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, o ministro explicou que a solução passa por fazer do Estado e das instituições os 'fiadores' dos alunos para "reduzir as taxas de juro ao mínimo". ■

Financiamento em função dos resultados

O primeiro-ministro anunciou a introdução de um sistema de "contratos institucionais" com as universidades e institutos politécnicos públicos, que "substituirá gradualmente o mecanismo actual de distribuição do financiamento baseado apenas numa fórmula uniforme", em que se tem essencialmente em conta o número de alunos.

José Sócrates explicou que no novo modelo serão considerados os projectos das instituições e "indicadores de desempenho" como a taxa de sucesso escolar dos estudantes e a capacidade de entrada destes no mundo do trabalho. O governante acrescentou que surgirão "mecanismos para estimular e premiar a obtenção de fundos próprios por parte das instituições".

Estas medidas seguem as recomendações da OCDE, que propõe um sistema em que as instituições se assemelham a fundações, mais colaboradoras do Estado do que suas dependentes. Tal como indicava esta organização no seu relatório sobre o ensino superior português, o primeiro-ministro reconheceu a necessidade de, no longo prazo, o nível de recursos para o sector "crescer". Porém, admitiu que na actual situação económica se "deverá manter o nível de financiamento". ■

Reduzir insucesso para aumentar licenciados

A redução do insucesso escolar no ensino superior "será inscrita como objectivo contratual das instituições e um indicador chave do respectivo desempenho", avisou ontem o primeiro-ministro José Sócrates. Este problema tinha sido vincado no retrato do ensino superior português feito pela OCDE. Em entrevista recente ao DN, Abrar Hasan, chefe da equipa de peritos que fez o diagnóstico do superior português, classificou mesmo as taxas de insucesso e de abandono a este nível como um "enorme desperdício de recursos".

Outras prioridades para o reforço do número de licenciados anunciadas pelo primeiro-ministro passam pela captação de mais alunos para os cursos de 1.º ciclo e pela aposta em adultos que buscam formação ao longo da vida.

Em relação à primeira destas metas – sobre a qual José Sócrates não se alongou –, a proposta da OCDE assenta no aumento dos jovens que concluem o ensino secundário e na diversificação da oferta, sobretudo através do ensino politécnico.

A qualificação de adultos já era um objectivo assumido pelo Governo, nomeadamente através da criação de dezenas de milhares de vagas no superior para maiores de 23 anos sem o secundário. ■

Abertura do ensino superior ao exterior

"Será contrariada a endogamia nas instituições e favorecida a mobilidade de docentes e investigadores. Será reforçado o seu sistema de avaliação de desempenho e incentivar-se-ão as carreiras cruzadas entre academias e empresas."

Estas palavras, proferidas ontem pelo primeiro-ministro, poderiam servir de síntese ao relatório da OCDE sobre o ensino superior português, e demonstram bem que o Governo está disposto a aplicar "à letra" muitas das principais recomendações desta organização.

A nível interno, é prioridade assumida a adopção de um novo estatuto da carreira docente no superior, que viabilize esta mobilidade.

No Parlamento, Sócrates prometeu ainda que o Governo vai aprofundar a dimensão internacional do ensino superior português. Por um lado promovendo mais parcerias entre as instituições portuguesas e "escolas e centros de referência internacional", como já acontece com o Massachusetts Institute of Technology e a universidade de Carnegie Mellon. Por outro, apoiando "o desenvolvimento do programa de estudos em língua inglesa, a oferta de graus académicos com parceiros estrangeiros" e a "atracção para Portugal de alunos de outros países". ■

Senado das instituições vai escolher reitor entre candidatos, internos ou externos, que se apresentem num processo de selecção

Governo está a negociar com a banca empréstimos para alunos a taxas reduzidas e com o Estado como fiador

Modelo actual de financiamento será "progressivamente" substituído por contratos institucionais por objectivos

As taxas de sucesso escolar dos alunos vão passar a ser um "indicador-chave" do desempenho das instituições

"Será contrariada a endogamia nas instituições favorecida a mobilidade de docentes e investigadores"